

agenda de
ENFRENTAMENTO
à **violência**
contra as
juventudes

B
A
S
I
A
de
VIOLENCIA
C
O
N
T
R
A
M
U
J
E
R
E
S

A cidade oficial parece não se dar conta da tragédia cotidiana que são os diversos tipos de violência contra as juventudes.

Será preciso maltratar e dizimar toda uma geração para que essa realidade se torne visível? Quantos homens e mulheres jovens ainda serão sacrificados até que o Estado resolva tomar providências efetivas para conter os vários casos de abuso, agressão e extermínio que ocorrem diariamente?

Nós, do Fórum das Juventudes da Grande BH, não toleramos essa situação. Por isso gritamos pela vida, pela dignidade, pela integridade da juventude. E acreditamos que é possível virar o jogo. Desde o início de 2012, quando decidimos levantar a bandeira pelo fim da violência contra as juventudes, estamos mobilizados e mobilizadas para sensibilizar as pessoas e construir estratégias de enfrentamento ao problema, pautando a sociedade civil e o poder público. Em abril de 2012, demos um importante passo nesse sentido: realizamos, em parceria com o Observatório da Juventude da UFMG, o evento “A Juventude *oKupa a Cidade: qual é seu grito?*”, que chamou a atenção para as diversas formas de violência cometidas contra os e as jovens na capital.

A partir das questões discutidas no evento e de reflexões e pesquisas posteriores, elegemos alguns temas para iniciarmos o debate acerca das violências sofridas pelos jovens em nossa cidade. Reunimos, neste documento, informações que mostram a extensão e a gravidade desse fenômeno em Belo Horizonte e Região Metropolitana. Vamos além dos números e posicionamos nossa compreensão sobre o que está se passando, tendo em vista as lutas pelos direitos das juventudes que o Fórum e os movimentos sociais e entidades que ele agrega acumularam nos últimos anos.

Sabemos que a pauta da violência **não** se restringe às questões aqui apresentadas. Tomamos a palavra em seu sentido amplo - ou seja, entendemos violência como a não garantia de direitos. A proposta deste documento é apontar algumas vulnerabilidades e suscitar um debate amplo e franco que possa envolver poder público, universidades e sociedade civil. Mais do que dar visibilidade e denunciar violações de direitos, nosso intuito é **reivindicar políticas públicas que possam reverter o quadro atual**. A nossa intenção, assim, é evidenciar o problema e colocá-lo em pauta no debate público.

JUVENTUDES VULNERÁVEIS

O **ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA (IVJ)** revela que a realidade da Grande Belo Horizonte é preocupante. Para o ano de 2007, o IVJ de Betim é classificado como muito alto e figura em 17º lugar no ranking, entre todas as 266 localidades analisadas – destas, quatro municípios da Região Metropolitana tiveram índices classificados como médios: Ibirité, Ribeirão das Neves, Contagem e a própria capital ¹.

¹O índice abrange pessoas de 12 a 29 anos (portanto, adolescentes e jovens) e sua composição levou em conta quatro variáveis: violência (homicídios e acidentes de trânsito); características individuais (como escolaridade e uso de drogas); contexto socioeconômico (renda, desigualdade e escolaridade) e segurança pública. O IVJ foi desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com a Fundação Feade, para todos os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes.

Homicídios – Estatísticas oficiais comprovam o que já é um fenômeno social sensível: **AS TAXAS MAIS ELEVADAS DE HOMICÍDIO NO PAÍS** se concentram na faixa etária de 15 a 29 anos. De 20 a 24 anos, em especial, a situação é ainda mais grave: dados de 2010 do Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, mostram que morreram 60,9 em 100 mil jovens, contra 15,8 em 100 mil adultos de 50 a 54 anos, por exemplo.

Os dados do SIM também revelam que aumentou o número de homicídios no país nas últimas décadas. Considerando que a taxa entre adultos se manteve praticamente estável, foi a alta mortalidade de jovens que fez essa estatística disparar. Hoje, os homicídios respondem por quase 75% das mortes entre jovens. **Para a juventude negra, a realidade é ainda mais gritante:** de acordo com o relatório do Encontro Nacional da Juventude Negra (Enjune) de 2008, no Brasil, em um universo de 100 mil pessoas, 39 jovens vítimas de homicídio são brancos e 68 são negros. Ou seja, a taxa de assassinato de negros é 70% maior do que a de brancos.

Entre os jovens de 15 a 24 anos de idade, **Belo Horizonte é a 7ª capital brasileira com maior taxa de homicídios.** Os dados são do “Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil”, publicado pelo Ministério da Justiça em parceria com o Instituto Sangari. Somente em 2008, foram assassinados na capital mineira 477 jovens – média de **quatro mortes a cada três dias** –, o que corresponde a um aumento de 156% no número de homicídios desde 1998, quando 186 jovens foram vítimas de assassinato em Belo Horizonte. Cabe destacar que essas mortes são ocorrências predominantemente masculinas. BH ainda figura como a 6ª capital com maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) – isso equivale a dizer que 1.245 adolescentes deverão ser

assassinados até completarem 19 anos². Enquanto isso, três municípios da Grande BH estão entre os 20 que mais registram homicídios na adolescência: Contagem em 13º lugar, Betim em 19º e Ribeirão das Neves em 20º.

PRIORIDADE:

- ¶ Criação de um programa contra o extermínio da juventude negra em Belo Horizonte, gerido pela Coordenadoria Municipal de Juventude, com apuração das denúncias dos crimes cometidos pelo Estado (verificação dos autos de resistência, processos que tramitam na Corregedoria de Polícia etc.).

²Elaborado pelo Observatório das Favelas, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, o Unicef e o Laboratório de Análise da Violência da UERJ, o IHA serve para estimar o risco de mortalidade por homicídio de adolescentes que residem em um determinado território. O Índice revela a incidência da violência letal contra adolescentes, mas também estima o número de homicídios que cabe esperar ao longo dos próximos sete anos (entre os 12 e os 18 anos) se as condições não mudarem. Os dados são de 2006 e se referem a municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes.

ADOLESCENTES em conflito com a LEI

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) define que a adolescência compreende a faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos. Diferentemente do que pensa o senso comum, **o/a adolescente em conflito com a lei é, sim, responsabilizado/a pelos atos infracionais que comete, por meio das chamadas medidas socioeducativas.** Sua aplicação depende, entre outros fatores, das circunstâncias do caso, da gravidade da infração e da interpretação dada ao caso pelos operadores do Direito, especialmente o/a juiz/a.

Existem seis tipos de medidas socioeducativas:

1. *Advertência*, quando um/a juiz/a ou autoridade legal realiza uma repreensão verbal;
2. *Obrigação de reparar o dano*, na qual o/a adolescente pode restituir o bem material ou compensar o prejuízo que causou;
3. *Prestação de Serviços à Comunidade*, em que o/a adolescente realiza tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas ou estabelecimentos similares;
4. *Liberdade Assistida*, em que um/a orientador/a voluntário/a acompanha o/a jovem, com o apoio de autoridade competente;
5. *Semiliberdade*, em que o/a adolescente deve pernoitar ou seguir determinada rotina em instituições especializadas;
6. *Internação*, com privação de liberdade em centros de internação (também chamados centros socioeducativos), sendo que esse período não pode ultrapassar três anos.

O número de adolescentes recolhidos pelos centros de internação tem crescido no país, bem como a quantidade dessas instituições e o orçamento público destinado ao setor. O aumento do investimento no sistema socioeducativo revela uma tendência de se priorizar a “remediação”, em detrimento, muitas vezes, de programas preventivos nas áreas de

educação, cultura e lazer. Prevalece, no Brasil, um **paradigma de repressão e punição** que representa um retrocesso em relação às conquistas dos movimentos sociais dos direitos da criança e do adolescente. Em Minas Gerais, por exemplo, a gestão do sistema socioeducativo está na pasta de Segurança e Defesa Social, enquanto em outros estados corresponde às áreas de educação, cidadania ou propriamente de infância, adolescência e juventude:

- ¶ No Distrito Federal, o sistema possui uma pasta própria, a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (SUBSIS), ligada à Secretaria de Estado da Criança;
- ¶ Em São Paulo, existe a Fundação Casa, ligada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, órgão do governo que mantém as relações institucionais com o Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e entidades ligadas à justiça, cidadania e direitos humanos;
- ¶ No Rio de Janeiro, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) é um órgão vinculado a Secretaria de Estado de Educação;
- ¶ No Amazonas, o Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo é coordenado pela Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania (Seas).

É sabido que a prática de atos infracionais por adolescentes tem relação com questões de classe, gênero e raça, expressas também em fatores como escolaridade e situação de emprego. Em Belo Horizonte, não é diferente. Segundo relatório do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA), que reúne dados referentes aos anos de 2009 a 2011, 85,4% dos adolescentes infratores que chegam ao CIA são homens. Somente 1,8% concluíram o ensino médio e 77,5% não trabalham. Quase 70% dos adolescentes são negros: 29,5% se autodeclararam pretos e, 39,3%, pardos – segundo o IBGE, pretos e pardos constituem a

população negra. A maioria dos adolescentes tem entre 15 e 18 anos, ou seja, a faixa de idade da adolescência incluída no que entendemos por juventude. Um quarto de todas as infrações registradas tem relação com o tráfico de drogas. Os dados ainda apontam altas taxas de reincidência dos jovens em cumprimento de medida.

Outra constatação alarmante são as graves violações de direitos que ocorrem no interior de unidades de internação, quando o Estado é diretamente responsável pela segurança e garantia dos direitos desses jovens. Relatórios recentes do Conselho Nacional de Justiça elaborados a partir do programa “Justiça ao Jovem”, que visitou todas as unidades de internação e semiliberdade em 26 estados brasileiros, denunciam o desrespeito a vários pressupostos legais do ECA. Como exemplos, podem ser citadas ameaças à integridade física dos adolescentes, violência psicológica, maus tratos e tortura, passando por situações de insalubridade e negligência em atendimento de saúde.

PRIORIDADES:

- ¶ Criação de um programa de humanização do atendimento nos centros socioeducativos, com atividades que promovam a cultura dos direitos humanos.
- ¶ Responsabilização do poder público municipal ou estadual nos casos de omissão, negligência e agressão a adolescentes em conflito com a lei em regime de internação.

JOVENS em privação de LIBERDADE

As juventudes são, de longe, o segmento da população mais vulnerável ao encarceramento³. De acordo com dados de 2011 do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN), a maioria da população carcerária do país tem entre 18 e 30 anos, é negra e oriunda de áreas urbanas. Em Minas Gerais, 55% das pessoas sob privação de liberdade são jovens e 64% são negros; 90% são oriundos de municípios situados nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço.

Ao trazermos às estatísticas oficiais – cujo perfil de dados mantém-se praticamente constante ao longo dos anos – a experiência de ponta de grupos e movimentos sociais que trabalham com pessoas em privação de liberdade, percebemos que a maioria desses jovens são também moradores das periferias das grandes cidades. A permanência de jovens negros e pobres como parcela considerável da população carcerária é reflexo da persistente desigualdade social e racial que marca a sociedade brasileira, evidenciando a negação sistemática dos direitos dessas pessoas.

³ O sistema convencional de encarceramento que temos hoje no país, sob a forma das conhecidas “penitenciárias”, é responsável pela violação sistemática de direitos das pessoas sob privação de liberdade: número de detentos acima da capacidade máxima, condições insalubres de higiene, etc. Dessa forma, a “ressocialização” que justifica o cárcere privado acaba por não se cumprir. Uma interessante alternativa ao modelo carcerário convencional são as chamadas APAC’s, as Associações de Proteção e Assistência ao Condenado. Em uma casa, homens e mulheres convivem com a pena em regime aberto, semiaberto e fechado e desenvolvem atividades educativas, laborais e de convívio digno com os demais.

PRIORIDADES:

- ¶ Criação de um programa de reinserção social e profissional de jovens egressos do sistema carcerário, em parceria com o governo estadual.
- ¶ Criação de sistemas alternativos de cumprimento de pena, baseados no modelo das APACs, mas geridos pelo Estado.

SAÚDE é DESAFIO

As ações e as estratégias de promoção da saúde do público jovem, principalmente em relação à atenção primária, são muito incipientes e pontuais na Grande Belo Horizonte. Predomina um modelo curativo e individualizado, que dificulta a promoção da saúde e o empoderamento dos sujeitos. Exemplo disso é a abordagem da sexualidade, que geralmente está centrada na prevenção de gravidez na adolescência, aids e DST, sem considerar os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e dos homens jovens de forma integral. Além do mais, o modelo vigente negligencia a participação masculina na reprodução.

Outra questão preocupante é a juvenilização da aids no Brasil. Dados divulgados pelo Ministério da Saúde indicam uma tendência de aumento da prevalência de infecção pelo HIV na população jovem, com particular vulnerabilidade de jovens gays. Em 2010, foram registrados mais casos de

mulheres entre 13 e 19 anos com HIV do que homens da mesma faixa etária. Segundo o Boletim Epidemiológico do mesmo ano, foram registrados 349 casos de aids entre meninas, contra 296 notificações entre meninos. Pelos números, a incidência da doença entre mulheres jovens é de 2,9 para cada 100 mil habitantes, enquanto entre homens a taxa é de 2,5 para cada 100 mil. No recorte de 15 a 24 anos, a incidência é maior entre homens. De 1980 a 2011, foram diagnosticados 66.698 casos de aids entre jovens dessa faixa etária, o que representa 11% do total de casos notificados no Brasil nos últimos 21 anos. Do total, 38.045 jovens com o vírus são do sexo masculino e 28.648 do sexo feminino.

No que se refere ao acesso à informação sobre saúde e sexualidade, nove entre dez estudantes de 13 a 15 anos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas de Belo Horizonte afirmam que já receberam alguma orientação sobre DST e aids na escola⁴. Entretanto, não se sabe como é feita a abordagem do tema. O fato de os/as alunos/as terem recebido esse tipo de orientação não garante que haja educação de qualidade, o que requer estudos qualitativos complementares. O aumento da incidência de aids entre adolescentes e jovens sugere que a educação ofertada não tem sido suficiente para a prevenção.

PRIORIDADE:

- ¶ Criação de um plano municipal de promoção dos direitos sexuais e reprodutivos da juventude, com especial atenção à prevenção da aids.

⁴Fonte: Pesquisa Nacional Sobre a Saúde do Escolar – PeNSE, realizada em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Saúde.

VIOLÊNCIA CONTRA as mulheres jovens

A violência contra as mulheres jovens é um problema estrutural que compromete o desenvolvimento integral de muitas brasileiras, impedindo-as de ter condições plenas de cidadania. Em Belo Horizonte, em particular, não há um serviço especializado de assistência, muito menos uma política municipal específica para mulheres jovens em situação de violência. Também não é conhecida a real dimensão do problema na cidade, já que não há dados disponíveis sobre o número de mulheres jovens violentadas e os tipos de agressões cometidas.

A violência contra as mulheres é uma grave violação de direitos humanos e um problema de saúde pública que afeta toda a sociedade brasileira, sem distinção de classe, idade, raça, escolaridade ou qualquer característica socioeconômica. Contudo, é um fenômeno que ainda tende a ser invisibilizado e considerado restrito às relações privadas, o que demanda estratégias qualificadas para o seu enfrentamento, além de sensibilização e formação crítica da população.

De acordo com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, publicado em 2011 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República, faltam

estatísticas sistemáticas e oficiais sobre o fenômeno no país. As poucas pesquisas existentes, realizadas por organizações da sociedade civil, indicam que pelo menos 24% das mulheres já sofreram algum tipo de violência doméstica.

PRIORIDADES:

- ¶ Realização de uma pesquisa representativa sobre a incidência da violência contra as mulheres de 15 a 29 anos em Belo Horizonte.
- ¶ Criação de serviços especializados de atendimento a mulheres jovens em situação de violência nos diversos equipamentos da rede local de enfrentamento à violência contra a mulher.

HOMOFOBIA

Práticas discriminatórias, ameaças, agressões, assassinatos e outras formas de violação motivadas por orientação sexual e/ou identidade de gênero são manifestações da homofobia, extremamente difundida, mas ainda não tipificada como crime no Brasil. Há indícios de que os jovens sejam as principais vítimas de homofobia no país, conforme revela o “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011”, produzido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). O documento se baseia em denúncias feitas ao poder público em 2011 por meio de serviços como o

Disque Direitos Humanos, a Central de Atendimento à Mulher e a Ouvidoria do Sistema Único de Saúde. Nas notificações, 47,1% das vítimas têm entre 15 e 29 anos de idade. Em toda a população, 51,1% das vítimas são negras e 44,5% brancas.

De acordo com os dados oficiais, o ano de 2011 registrou 6.809 denúncias de violações aos direitos humanos da população LGBT. Ao todo, foram 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. Os números mostram que uma mesma pessoa sofre várias violências e por mais de um/a agressor/a. Vale ressaltar que a quantidade de vítimas e violações apresentadas no documento refere-se somente aos casos denunciados ao poder público no ano passado, sem considerar as subnotificações. As violações também são várias: agressões físicas, ameaças, humilhações, discriminações, negligências, abusos sexuais, negação de direitos, entre outras. Vindas de Belo Horizonte, foram registradas 108 denúncias, sendo que mais da metade delas se refere à violência psicológica. A capital mineira é a 9ª do país com maior número de notificações.

Uma pesquisa realizada em 2005 pelo Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Minas Gerais (NPP-UFMG) e pela Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania com participantes da 8ª Parada do Orgulho GLBT de Belo Horizonte revela que cerca de 60% dos entrevistados já sofreram discriminação em lugares públicos, 11% foram vítimas de maus tratos e 49,5% foram agredidos verbalmente. Quase metade dos entrevistados eram jovens. Contudo, de modo geral, há pouca informação disponível e atualizada sobre a dimensão do fenômeno em Belo Horizonte.

Cabe ressaltar, ainda, que a cidade não dispõe de uma política pública consistente para o setor. O Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CR-LGBT) está desativado e nunca contou com infraestrutura e equipe adequadas para desenvolver as suas atividades. Tampouco há iniciativas voltadas para a juventude LGBT, mesmo com a alta incidência de *bullying*⁵ homofóbico contra jovens, especialmente em espaços públicos e na escola.

⁵*Bullying* é um termo utilizado para nomear situações de violência física ou psicológica, intencionais e sistemáticas, levadas a cabo por um indivíduo ou um grupo contra outro indivíduo ou grupo, realizadas em relações desiguais de força ou poder. As práticas de *bullying* podem acontecer no ambiente escolar, de trabalho, de lazer, dentre outros.

PRIORIDADES:

- ¶ Realização de uma pesquisa representativa sobre a incidência da violência homofóbica contra a população de 15 a 29 anos em Belo Horizonte.
- ¶ Criação e/ou aprimoramento de serviços especializados (acolhimento, metodologias, abordagens, normas técnicas etc.) de atendimento a jovens LGBT em situação de violência nos equipamentos de saúde, assistência social e no CR-LGBT.
- ¶ Criação de um plano municipal de monitoramento da efetivação da legislação municipal contra a violência homofóbica.

Orçamento

À época da revisão 2012-2013 do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2010-2013 para Belo Horizonte, o Fórum das Juventudes da Grande BH analisou a peça orçamentária elaborada pelo Executivo Municipal. Foi constatado que nenhum dos programas presentes no relatório analítico eram políticas exclusivas para a juventude. As poucas que contemplam o segmento não são iniciativas da PBH (o ProJovem, por exemplo, é um programa de caráter nacional) ou são políticas que envolvem também outros segmentos etários (medidas socioeducativas, por exemplo, são aplicadas também a adolescentes de 12 a 15 anos).

PRIORIDADE:

- ¶ Criação de um orçamento municipal específico para a juventude, com indicadores que possam aferir a execução e a qualidade do gasto.
- ¶ Criação de um Orçamento 100% Participativo da juventude.

Esta é a primeira versão da nossa agenda de lutas. Esperamos que ela seja utilizada como um instrumento de diálogo em diversos espaços e atividades com jovens. A ideia é atualizar e aprimorar constantemente o seu conteúdo e consolidar as prioridades aqui levantadas. Participe dessa construção! Envie sugestões e propostas para o e-mail forumdasjuventudes@gmail.com.

Belo Horizonte, novembro de 2012.

NÃO PARA
POR AQUI

